

ESCOLA.SECUNDÁRIA.ALVES.MARTINS



Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu

Regulamento Específico das Outras Ofertas Formativas

ESCOLA.SECUNDÁRIA.ALVES.MARTINS



Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu

Regulamento Específico das Outras Ofertas Formativas

Aprovado na Reunião do Conselho Geral de

A equipa de trabalho:

Adelino Pinto; Alda Franco; Anabela Almeida; Arminda Lopes; Cristina Fonseca;
Miguel Borges; Paulo Viegas; Ricardo Inácio; Rogério Silva.

ÍNDICE

OUTRAS OFERTAS FORMATIVAS	1
ENSINO RECORRENTE	2
CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)	4
UNIDADES DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO (UFCD)	7
PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS (PFOL)	8
VIAS DE CONCLUSÃO DO NÍVEL SECUNDÁRIO DE ENSINO (DL357/2007)	9
CENTRO QUALIFICA	9

OUTRAS OFERTAS FORMATIVAS

Artigo 1.º

Natureza e constituição

1. As outras ofertas formativas são respostas criadas para quem frequentou, sem concluir, percursos formativos de nível secundário de educação, desenvolvidos ao abrigo de planos de estudo já extintos ou não.
2. As outras ofertas formativas destinam-se a candidatos com idade igual ou superior a 18 anos que queiram concluir o 12º ano.
3. Consideram-se outras ofertas formativas:
 - a) Ensino recorrente (ensino secundário);
 - b) Cursos de educação e formação de adultos (EFA);
 - c) Unidades de formação de curta duração (UFCD);
 - d) Via de conclusão do nível secundário de ensino (DL357/2007);
 - e) Português para falantes de outras línguas (PFOL);
 - f) Outras ofertas formativas que venham a ser aprovadas.

Artigo 2.º

Coordenação das outras ofertas formativas

A coordenação das outras ofertas formativas é da responsabilidade do órgão de gestão e administração da escola que, para o efeito, designa um dos seus membros, denominado representante das outras ofertas formativas.

Artigo 3.º

Competências

Ao representante das outras ofertas formativas compete:

- a) Coordenar o Ensino Recorrente
- b) Assegurar o funcionamento das diferentes ofertas formativas a nível pedagógico e administrativo;
- c) Reunir com o diretor, uma vez por trimestre, a fim de articular estratégias e procedimentos;
- d) Planificar as atividades a desenvolver e proceder à sua avaliação;
- e) Divulgar, junto da comunidade, toda a informação necessária ao desenvolvimento das suas competências;

- f) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no regulamento interno (RI) da Escola Secundária Alves Martins (ESAM).

- Ensino Recorrente -

Artigo 4.º
**Coordenação dos
cursos de ensino recorrente**

A coordenação dos cursos de ensino recorrente de nível secundário é assegurada pelo representante das outras ofertas formativas.

Artigo 5.º
Competências

Ao coordenador dos cursos de ensino recorrente de nível secundário compete:

- a) Representar as outras ofertas formativas no conselho pedagógico
- b) Assegurar o funcionamento dos cursos a nível pedagógico e administrativo;
- c) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável;
- d) Assegurar os procedimentos relativos ao percurso escolar dos alunos do regime de frequência não presencial;
- e) Reunir com os diretores de turma, pelo menos uma vez por trimestre, a fim de articular estratégias e procedimentos, bem como promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os seus membros;
- f) Presidir ao conselho de diretores de turma;
- g) Divulgar, junto dos referidos diretores de turma, toda a informação necessária ao desenvolvimento das suas competências;
- h) Planificar, em colaboração com os diretores de turma, as atividades a desenvolver e proceder à sua avaliação;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI da ESAM.

Artigo 6.º
Diretor de turma

1. Para coordenar o trabalho do conselho de turma, o diretor designa um diretor de turma de entre os professores da mesma, considerando a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento.
2. As competências referidas no número anterior podem ser desempenhadas nas horas da componente não letiva do estabelecimento ou, no respeito pela autonomia da escola, nas horas da parcela K x CAP do crédito horário ou, ainda, nos tempos de insuficiência horária inscrita no horário do docente, nos termos do Decreto-Lei n.º 242/2009, de 16 de setembro.

Artigo 7.º
Competências

Ao diretor de turma compete:

- a) Presidir aos conselhos de turma de avaliação;
- b) Colaborar com o coordenador dos cursos de ensino recorrente de nível secundário, nomeadamente no que se refere à coordenação curricular e pedagógica;
- c) Promover, junto dos professores da turma, a reflexão conjunta sobre práticas pedagógicas no âmbito do ensino recorrente de nível secundário;
- d) Esclarecer os alunos sobre as características e funcionamento dos cursos;
- e) Assegurar a adoção de estratégias concertadas relativamente aos alunos, bem como a criação de condições para a realização de atividades interdisciplinares;
- f) Manter permanentemente atualizado o registo de faltas;
- g) Providenciar para que sejam registados os resultados de avaliação;
- h) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI da ESAM.

Artigo 8.º
Conselho de turma de avaliação

1. Para efeitos de avaliação dos alunos do ensino recorrente de nível secundário, o conselho de turma é constituído por todos os professores da turma, sem prejuízo de nos termos da lei, ter composição diversa para efeitos disciplinares ou em matéria de apoio sócio-educativo.
2. O conselho de turma é presidido pelo respetivo diretor de turma.
3. As reuniões terão a duração máxima de duas horas e trinta minutos e serão convocadas pelo diretor.
4. De cada reunião será lavrada ata de modo a contemplar as decisões e deliberações tomadas, bem como as situações relevantes para o processo de ensino aprendizagem.
5. As atas serão lavradas pelo primeiro secretário, designado pelo diretor, e postas à aprovação de todos os membros, no final de cada reunião, sendo assinadas nos termos da lei.

Artigo 9.º
Competências

Ao conselho de turma de avaliação compete:

- a) Analisar a situação da turma e identificar características dos alunos a ter em conta no processo de ensino aprendizagem;
- b) Identificar o perfil comportamental dos alunos visando a aferição de critérios comuns a todos os docentes;

- c) Planificar o desenvolvimento das atividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
- d) A identificação de diferentes ritmos de aprendizagem e eventuais dificuldades dos alunos, promovendo a articulação com a equipa multidisciplinar;
- e) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
- f) Adotar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
- g) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto;
- h) Colaborar em atividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os alunos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pelo conselho geral;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI da ESAM.

- Cursos de educação e formação de adultos (EFA) -

Artigo 10.º
Natureza

1. Os Cursos EFA constituem uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações e desenvolvem-se segundo percursos adequados ao perfil e história de vida dos adultos, conferindo habilitação escolar.
2. Podem frequentar um Curso EFA de nível secundário os candidatos com idade igual ou superior a 23 anos, bem como formandos com idade inferior a 18 anos, desde que estejam inseridos no mercado de trabalho.

Artigo 11.º
Organização

Os Cursos EFA organizam-se:

- a) numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida;
- b) em percursos de formação, definidos a partir de um diagnóstico inicial avaliativo, efetuado pela entidade formadora do Curso EFA, ou de um processo de reconhecimento e validação das competências que o adulto foi adquirindo ao longo da vida;
- c) num modelo de formação modular, tendo por base os referenciais de formação que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Artigo 12.º

**Coordenação dos cursos
de educação e formação de adultos**

A coordenação dos cursos EFA é da responsabilidade do órgão de gestão e administração da escola, que, para o efeito, deverá designar um docente que reúna competências, aos níveis pedagógico e técnico, adequadas às funções a desempenhar.

Artigo 13.º

Competências

Ao coordenador dos cursos de ensino EFA compete:

- a) Assegurar o funcionamento dos cursos a nível pedagógico e administrativo;
- b) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável;
- c) Assegurar os procedimentos relativos ao percurso escolar dos adultos;
- d) Reunir com os mediadores de turma, pelo menos uma vez por trimestre, a fim de articular estratégias e procedimentos, bem como promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os seus membros;
- e) Divulgar, junto dos referidos mediadores, toda a informação necessária ao desenvolvimento das suas competências;
- f) Planificar, em colaboração com os mediadores de turma e representante das outras ofertas formativas, as atividades a desenvolver e proceder à sua avaliação;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI da ESAM.

Artigo 14.º

Mediador pessoal e social

1. O Mediador pessoal e social de turma EFA é um docente, designado pelo diretor, de entre os formadores com experiência relevante em matéria de educação e formação de adultos.
2. O Mediador beneficiará de uma redução da componente letiva.

Artigo 15.º

Competências

1. Ao Mediador compete:

- a) Presidir mensalmente às sessões de Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA) da equipa técnico- pedagógica da turma;
- b) Colaborar com o representante das outras ofertas formativas, nomeadamente no que se refere à coordenação curricular e pedagógica;
- c) Promover, junto dos formadores da turma, a reflexão conjunta sobre práticas pedagógicas no âmbito do PRA;

- d) Garantir o acompanhamento e orientação pessoal, social e pedagógica dos formandos;
 - e) Dinamizar a equipa técnico-pedagógica, no âmbito do processo formativo, salvaguardando o cumprimento dos percursos individuais e do percurso do grupo de formação;
 - f) Assegurar a adoção de estratégias concertadas relativamente aos formandos, bem como a criação de condições para a realização de atividades integradoras;
 - g) Manter permanentemente atualizado o registo de faltas;
 - h) Providenciar para que sejam registados os resultados de avaliação;
 - i) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI da ESAM.
2. O mediador não deve exercer funções de mediação em mais de três Cursos EFA nem assumir, naquela qualidade, a responsabilidade de formador em qualquer área de formação, salvo em casos excecionais, devidamente justificados e com autorização da entidade competente para a autorização do funcionamento do curso.
3. A acumulação da função de mediador e formador referida no número anterior não se aplica à área de PRA.

Artigo 16.º

**Avaliação nas sessões de
portefólio reflexivo de aprendizagens**

1. Para efeitos de avaliação dos formandos dos cursos EFA, a equipa técnico-pedagógica, é constituída pelo mediador e pelo grupo de formadores responsáveis por cada uma das áreas de competências-chave.
2. As reuniões de avaliação realizam-se nas sessões de PRA.
3. A sessão de PRA é presidida pelo respetivo mediador de turma.
4. As sessões realizam-se uma vez por mês e terão a duração máxima de uma hora.
5. As sessões serão convocadas pelo mediador e pelo diretor ou representante das outras ofertas formativas.
6. De cada sessão será lavrada ata pormenorizada de modo a contemplar todos os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas.
7. Sem prejuízo de outros aspetos que a equipa técnico-pedagógica de turma entender pertinentes, na ata devem constar designadamente os seguintes elementos:
 - a) Assiduidade;
 - b) Comportamento da turma;
 - c) Avaliação;
 - d) Identificação de casos de insucesso e propostas de remediação.
8. As atas serão lavradas rotativamente pelos vários formadores.
9. As atas serão postas à aprovação de todos os membros no final de cada sessão, sendo assinadas após a aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

Artigo 17.º
**Competências da
equipa técnico-pedagógica**

1. Aos formadores da equipa técnico-pedagógica, compete:
 - a) Manter uma estreita cooperação com os demais elementos da equipa técnico-pedagógica, no desenvolvimento dos processos de avaliação da área de PRA, através da realização de sessões conjuntas com o mediador pessoal e social;
 - b) Analisar a situação da turma e identificar características dos formandos;
 - c) Identificar o perfil comportamental dos formandos visando a aferição de critérios comuns a todos os formadores;
 - d) Planificar o desenvolvimento das atividades a realizar com os formandos;
 - e) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos formandos, promovendo a articulação com os respetivos serviços de apoio educativo, em ordem à sua superação;
 - f) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos formandos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
 - g) Adotar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam o percurso curricular dos formandos;
 - h) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto;
 - i) Conceber e produzir os materiais técnico-pedagógicos e os instrumentos de avaliação necessários ao desenvolvimento do processo formativo, relativamente à área para que se encontra habilitado;
 - j) Colaborar em atividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os formandos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pela assembleia de escola;
 - k) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI da ESAM.
2. Sempre que possível, os formadores dos cursos EFA beneficiarão de uma redução da componente letiva de que o docente já usufrui nos termos do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD), para elaborar materiais curriculares específicos e para participar nas tarefas de PRA.

- Unidades de formação de curta duração (UFCD) -

Artigo 18.º
Definição e objeto

1. As Formações Modulares (FM), integradas no âmbito da formação contínua de ativos, destinam-se a adultos sem a conclusão do ensino básico ou secundário ou sem a qualificação profissional adequada que pretendam adquirir competências escolares e ou profissionais com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho.

2. As ações de formação modular são capitalizáveis e permitem também a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do CNQ.
3. A organização curricular das FM realiza-se, para cada unidade de formação, de acordo com os respetivos referenciais de formação constantes do CNQ.
4. Esta modalidade de formação é indicada para adultos que procuram percursos formativos com uma carga horária mais flexível, ajustada às suas possibilidades e necessidades.
5. A conclusão com aproveitamento de uma formação modular confere o direito à emissão de um certificado de qualificações que discrimina todas as UFCD concluídas.

Artigo 19.º

**Coordenação das formações
modulares (curta duração)**

A coordenação das FM é assegurada pelo Representante das Outras Ofertas Formativas em articulação com o centro qualifica (CQ).

- Português para falantes de outras línguas (PFOL) -

Artigo 20.º

Definição e objeto

1. Os cursos de PFOL têm como objetivo dar resposta ao requisito de conhecimento da língua portuguesa previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa, concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração, bem como à promoção do domínio da Língua Portuguesa, no âmbito da leitura, escrita e oralidade. Existem dois níveis de PFOL, os níveis A1, A2 (nível inicial) e B1, B2 (continuação).
2. Destinam-se a cidadãos de nacionalidade estrangeira que comprovem não possuir nacionalidade portuguesa e que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Sejam portadores de um título válido de residência com permanência em Portugal ou comprovativo de que foi iniciado o procedimento para a sua obtenção, renovação ou prorrogação;
 - b) Tenham idade igual ou superior a 18 anos;
 - c) Sejam detentores de escolarização e ou alfabetização no âmbito do seu país de origem.

Artigo 21.º

Coordenação

A coordenação dos cursos de PFOL é assegurada pelo Representante das Outras Ofertas Formativas em articulação com o CQ.

- Vias de conclusão do nível secundário de ensino (DL357/2007) -

Artigo 22.º **Definição e objeto**

1. As vias de conclusão do nível secundário de ensino (VCNSE) permitem que o candidato conclua o nível secundário de educação, caso lhe falte até seis disciplinas/ano de um plano de estudos que já não esteja em vigor. Estas disciplinas podem estar distribuídas pelo conjunto dos anos de escolaridade do ciclo de estudos ou concentradas num só ano.
2. As vias de conclusão do nível secundário, enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro, concretizam-se através da:
 - a) Via escolar, pelo recurso às atuais disciplinas dos cursos científico-humanísticos e cursos profissionais, as quais são concluídas através de exames a realizar nos meses de novembro, fevereiro e maio, assumindo as seguintes formas:
 - i. conclusão de cursos prioritariamente orientados para o prosseguimento de estudos (o candidato pode optar, caso exista oferta, por substituir a realização de exame a nível de escola pela realização de exame nacional do ensino secundário);
 - ii. conclusão de cursos profissionalmente qualificantes;
 - iii. conclusão generalista do nível secundário de educação (o candidato pode optar, caso exista oferta, por substituir a realização de exame a nível de escola pela realização de exame nacional do ensino secundário);
 - b) Via módulos de formação correspondentes a referenciais de formação inscritos no CNQ, através da realização, com aproveitamento, de unidades de competência (UC) da formação de base e/ou de UFCD da formação tecnológica, dos referenciais de formação integrados no CNQ, independentemente da natureza do curso de origem.

Artigo 23.º **Coordenação**

A coordenação das VCNSE é assegurada pelo Representante das Outras Ofertas Formativas em articulação com o CQ.

- Centro Qualifica -

Artigo 24.º **Programa e Objetivos**

1. O programa qualifica é um programa vocacionado para a qualificação de adultos.
2. O CQ tem os seguintes objetivos:
 - a) Aumentar os níveis de qualificação e melhorar a empregabilidade dos ativos,

- dotando-os de competências ajustadas às necessidades do mercado de trabalho;
- b) Reduzir significativamente as taxas de analfabetismo, literal e funcional, combatendo igualmente o semianalfabetismo e iletrismo;
 - c) Valorizar o sistema, promovendo um maior investimento dos jovens adultos em percursos de educação e formação;
 - d) Corrigir o atraso estrutural do país em matéria de escolarização no sentido de uma maior convergência com a realidade europeia;
 - e) Adequar a oferta e a rede formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos modelos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Artigo 25.º
Organização

1. O CQ organiza a sua intervenção, centrada e orientada para o indivíduo, nas seguintes etapas fundamentais:
 - a) Acolhimento;
 - b) Diagnóstico;
 - c) Informação e orientação;
 - d) Encaminhamento;
 - e) Formação;
 - f) Reconhecimento e validação de competências;
 - g) Certificação de competências.
2. O CQ oferece uma gama diversificada de percursos e modalidades de formação, nomeadamente:
 - a) A realização de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
 - b) O diagnóstico e o encaminhamento para a frequência de outros percursos educativos e formativos que se revelem mais adequados ao caso específico de cada formando e de acordo com a oferta formativa da escola.
3. O CQ dispõe de uma equipa técnico-pedagógica constituída por:
 - a) um coordenador;
 - b) técnicos de orientação, reconhecimento e validação de competências (TORV);
 - c) formadores ou professores das diferentes áreas de competências-chave;
 - d) um técnico administrativo.

Artigo 26.º
Coordenação

A coordenação do CQ é assegurada por um docente, designado pelo diretor, detentor de conhecimento do sistema de educação e formação, com experiência comprovada de gestão na coordenação de processos educativos ou formativos.

Competências do Coordenador

1. Ao coordenador compete assegurar a representação institucional do CQ e garantir o seu regular funcionamento ao nível da gestão pedagógica, organizacional e financeira.
2. No plano estratégico, compete ao coordenador:
 - a) Promover parcerias com entidades relevantes no território de atuação no âmbito da qualificação e do emprego, bem como assegurar a sua permanente dinamização e acompanhamento, de forma a maximizar a relevância, eficácia e utilidade social dos serviços prestados pelo CQ;
 - b) Potenciar o estabelecimento de parcerias com entidades empregadoras, com vista à promoção da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o aperfeiçoamento, a especialização e a reconversão dos seus trabalhadores, bem como dinamizar a recolha de propostas de estágio e de oportunidades de formação em contexto de trabalho;
 - c) Coordenar o plano estratégico de intervenção e elaborar o relatório de atividades, em articulação com as entidades parceiras e com os demais elementos da equipa;
 - d) Coordenar a recolha, tratamento e divulgação sistemática da informação sobre o tecido empresarial, as oportunidades de emprego e as ofertas de qualificação para jovens e adultos;
 - e) Disponibilizar toda a informação relevante e colaborar com a ANQEP, I. P., em matéria de estruturação da rede territorial de qualificação e de acompanhamento e monitorização das respetivas ofertas.
3. No plano operacional, compete ao coordenador:
 - a) Gerir a equipa e desenvolver o seu potencial, com vista a garantir o cumprimento das atribuições do CQ, fomentando a inovação, a qualidade e a orientação do serviço para os candidatos e para o mercado de trabalho;
 - b) Implementar dispositivos de autoavaliação sistemática que permitam aferir a qualidade das intervenções e a satisfação dos candidatos;
 - c) Disponibilizar a informação necessária ao acompanhamento, monitorização e avaliação externa da atividade, de acordo com as orientações da ANQEP, I. P.;
 - d) Adotar medidas que potenciem os serviços prestados pelo CQ, tendo em atenção os resultados dos processos de autoavaliação e de avaliação externa;
 - e) Assegurar a fiabilidade da informação registada no Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO);
 - f) Assegurar a efetiva operacionalização que garanta o apoio indispensável aos candidatos com deficiência e incapacidade no seu processo de certificação;
 - g) A representação do CQ, nas reuniões do Conselho Pedagógico, é assegurada pelo representante das outras ofertas formativas.